

# INSERÇÃO ESCOLAR DA POPULAÇÃO AFRO-BRASILEIRA: CONQUISTAS E DESAFIOS - UM CAMINHO A SER TRILHADO

Carlos Rafael Vieira Caxile  
Pós-Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Educação - UFC

## RESUMO

O presente texto pretende discutir e evidenciar as limitações presentes na escolarização da população afro-descendente no Brasil. Através da análise dos dados coletados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010 e 2012 é possível perceber as dificuldades sofridas por essa população no processo de educação. O que mais dificulta a permanência e desenvolvimento dessa população nas salas de aula das escolas brasileiras são as constantes manifestações de racismo, preconceito e discriminação presente no ambiente escolar. Uma das maneiras encontradas de sanar essa lacuna por parte do Governo Federal foi a criação da lei 10.639/03, mas ela por si só não contempla tal empreitada. Nesse sentido, faz-se necessário um maior empenho dos profissionais da educação, pesquisadores em geral, buscando evidenciar e elucidar a presença e contribuição social, política, econômica e cultural desses indivíduos na formação da Sociedade Brasileira.

**Palavras-Chave:** Educação, Discriminação, Racismo

## Introdução

Não para de crescer a produção acadêmica em história da educação que se preocupa em preservar a memória e dá visibilidade as práticas e experiências cotidianas da população negra. Essas pesquisas, além de evidenciar a presença desses indivíduos enquanto sujeitos históricos, mesmo num universo restrito de fontes, complementam alguns vácuos e acrescentam alguns elementos que permitem olhar com mais acuidade numa perspectiva de longa duração.

Tais elementos podem apresentar-se enquanto essenciais para uma maior compreensão da educação contemporânea, onde nem mesmo a universalização do ensino escolar foi suficiente para desenvolver o respeito as diferenças étnico-racial dos alunos brasileiros

Pode-se considerar a democratização da educação como uma das conquistas mais nevrálgicas dos séculos XX e XXI no Brasil. A universalização do ensino fundamental, com a presença de mais de 90% de atendimento escolar, segundo os dados estatísticos do censo realizado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2010, demonstra que o país evoluiu significativamente na promoção ao acesso a escola de crianças e jovens. Entretanto, o órgão também revelou consideráveis desigualdades entre os indivíduos negros e brancos, quando os indicadores educacionais foram analisados isoladamente.

O Censo Demográfico Brasileiro de 2010, ao coletar dados que apontam as características gerais da população brasileira, demonstrou que a população afrodescendente é predominante no país (Barth, 1998). Segundo as notas metodológicas do IBGE (2010) a investigação da raça ou cor aconteceu a partir da autoclassificação do indivíduo em uma das opções: branca, para aquele que se identificou enquanto tal; preta, para a pessoa que se enquadrou como preta; parda, para quem se classificou como parda ou se declarou mulata, cafusa, mameluca, cabocla ou mestiça; amarela, para a pessoa que se enquadrou como de origem japonesa, chinesa, coreana e etc; ou então indígena para aquele que se declarou como indígena. Nesse sentido temos o seguinte resultado do censo de 2010:

**Censo Demográfico Brasileiro 2010**  
**Características Gerais da População, Religião e Pessoas com Deficiência**

<b>POPULAÇÃO Cor ou Raça</b>	Percentual	Número absoluto
Branca	47,7%	91,0 milhões
Preta	7,6%	14,5 milhões
Parda	43,1%	82,3 milhões
Amarela	1,1%	2,1 milhões
Indígena	0,4%	0,8 milhão

Tendo por base a classificação do IBGE (2010), para os propósitos de análise, utilizarei o termo negro ou população afrodescendente em referência aos indivíduos com descendência africana (preto, pardo, caboclo, mulato, cafuso, mameluco, mestiço, “homens de cor”, dentre outros. Dessa forma, atualmente 50,7% da população do Brasil é negra, ou seja, aproximadamente 97 milhões de pessoas (IBGE, 2010)

No ano de 2012, o IBGE realizou uma pesquisa denominada “Sínteses de Indicadores Sociais”, onde coletou dados sobre a Distribuição, Pobreza, Desenvolvimento, Emprego e Desemprego, Condições de Vida e Educação dos brasileiros. Após a análise desses dados o Instituto verificou uma considerável existência de desigualdades pela categoria cor ou raça.

Nos últimos anos, aumentou consideravelmente a taxa de escolarização dos brasileiros. Os níveis do ensino fundamental e médio apresentaram um grande crescimento, com destaque para o ensino médio, para qual a taxa de matrícula saltou de 18,9% em 1993

para 49% em 2012, devido a política de universalização do ensino público e gratuito (IBGE, 2012)

Todavia, a medida que os níveis de ensino vão avançando, os diferenciais em raça ou cor vão caracterizando-se numa sub-representação da população negra. A “Média de anos de estudos das pessoas com 10 anos ou mais” (IBGE,2012) apresentou uma média de 9,2 anos de estudos para os indivíduos brancos e 7,2 de estudos para a população negra. A “ Proporção de pessoas de 18 anos a 25 anos de idade frequentando curso superior, por Cor ou Raça” (IBGE, 2012) verificou que 20,6% da população branca e 7,9% da população negra cursam o ensino superior.

Estes dados demonstram que apesar da universalização do ensino básico, os negros estão em desvantagem no nível superior: a medida que cresce o grau de escolaridade, decresce a presença da população negra. Em suma, a universalização do ensino básico não garante a presença da população negra nos níveis de ensino superior.

Destaca-se que o desempenho educacional é fundamental na determinação dos rendimentos do mundo do trabalho. A categoria “Pessoas de 10 anos ou mais de idade, por cor ou raça, por ocupação” (IBGE,2012) sinaliza que 39,5% da população branca e 33,9% da população negra é empregada com carteira de trabalho assinada; 1,9 da população branca e 3,1 da população negra são empregados domésticos com carteira assinada. No que diz respeito aos salários, a população branca recebe 3,2 salários mínimos e a população negra recebe 1,8 salários mínimos.

Nesse sentido, os dados analisados apontam para uma considerável desigualdade presente nas categorias de cor ou raça no mercado de trabalho. A população branca está, em geral, em melhores condições de inserção no mercado de trabalho e com melhores salários que os indivíduos negros. Observou-se também que existem diferenças com relação ao momento de entrada e saída do mercado de trabalho entre as populações brancas e negras. Segundo os dados apresentados pelo IBGE (2012), é a população negra que começa a trabalhar mais cedo e permanecem mais tempo no mercado de trabalho, já que encerram o período produtivo mais tarde. A entrada precoce de crianças e jovens negros no mercado de trabalho colabora para a formação de um círculo vicioso de desigualdades, já que a necessidade de ajudarem na renda familiar contribui para a elevação das taxas de evasão das salas de aula, comprometendo, dessa forma, o rendimento na escola e assim aumentando a

desvantagem em relação aos indivíduos brancos, não somente no sistema educacional, mas também no mercado de trabalho.

As explicações tradicionais sobre a presença da desigualdade racial nos indicadores de escolaridade salientam que os indivíduos negros, por pertencerem às camadas econômicas menos abastadas, tendem a apresentarem índices menores do que a população branca. Esse aspecto deve ser considerado, pois não é excludente, e cabe destacar a influência da dinâmica das relações raciais na formação destes índices.

Para Munanga e Gomes (2004) <sup>1</sup>:

O abismo racial brasileiro existe, de fato, e são as pesquisas e estatísticas que comparam as condições de vida, emprego, escolaridade entre negros e brancos que comprovam a existência da grande desigualdade racial em nosso país. Essa desigualdade é fruto da estrutura racista, somada à exclusão social e à desigualdade socioeconômica, que atinge toda a população brasileira e, de modo particular, os negros (MURUNGA e GOMES, 2004, p.172).

Esta citação nos permite conceituar os termos que possibilitarão entender a dinâmica das relações raciais no Brasil. Pode-se compreender o racismo como uma crença na existência de raças superiores e raças inferiores, raças hierarquizadas; o preconceito, por sua vez, pode ser definido por sentimentos, ideias e/ou atitudes negativas de um grupo com relação ao outro; já a discriminação é qualquer exclusão, restrição ou preferência tendo por base a raça ou a cor.

A etimologia do termo raça é oriunda da palavra italiana *razza* e do latim *razio*, que significa categoria ou espécie. O termo foi usado primeiramente na zoologia e na botânica para classificar animais e plantas, segundo Munanga (2000, p.17)<sup>2</sup>. Sendo assim, cientificamente e biologicamente falando, não existem raças, já que esse conceito é inútil para explicar a diversidade dos seres humanos. Atualmente, o termo raça não é utilizado pelo seu caráter biológico ou científico, mas simbólico:

É um conceito carregado de ideologia, pois, assim como todas as ideologias, esconde uma coisa não proclamada: a relação de poder e dominação. (...) Os conceitos de negro, branco e mestiço não significam a mesma coisa nos Estados

---

<sup>1</sup> MUNANGA, K; GOMES, N.L. Para entender o negro no Brasil de hoje: História, realidade, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

<sup>2</sup> MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A.A.P. (org). Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira. Cadernos PENESB:5. Niterói: EdUFF, 2000.

Unidos, Brasil, África do Sul, Inglaterra, etc. Por isso, o conteúdo destas palavras é etnossemântico, político ideológico e não biológico (Munanga, 2000, p.22).

Mesmo reconhecendo que o século XXI houve uma mudança epistemológica, sugerida por muitos estudiosos da atualidade que sugerem a troca do termo raça pelo de etnia – que se refere a um discurso sociocultural, histórico e psicológico para qualificar um grupo de pessoas que possuem parentes, língua, crenças, cosmovisão, costumes e/ou espaço geográfico em comum – Munanga (2000) salienta que esta nova apropriação não mudaria as características do racismo, ou seja, não destruiria a concepção da existência de raças hierarquizadas.

Abordagem semelhante a esta encontramos em Guimarães (2003)<sup>3</sup>, onde defende que o termo raça tem pelo menos dois sentidos, o primeiro reivindicado pela biologia genética e o segundo pela sociologia. E salienta que embora exista uma intenção de alguns pesquisadores para o uso da palavra população para se referir a grupos isolados, endogâmicos, que apresentam alguns traços genéticos entre si, a utilização do termo raça ainda é apropriado na construção social e assim deve ser entendido, pois “ estamos no campo da cultura, e da cultura simbólica” (p.106).

Prosseguindo na questão dos indicadores sociais (IBGE, 2012) e a presença de desigualdades educacionais na população brasileira, muitos autores que abordam as relações étnico-raciais nas escolas brasileiras enriquecem a discussão, afirmando que a democratização do ensino fundamental não foi acompanhada da formação do magistério para lidar com as classes distintas.

Destacando a existência do racismo no cotidiano da rede infantil da cidade de São Paulo Cavalleiro (2000)<sup>4</sup> afirma que esta realidade acarreta, aos alunos afrodescendentes, auto-rejeição, auto-estima baixa, ojeriza ao seu igual de cor, timidez, ausência de participação em sala de aula, reconhecimento negativo em seu pertencimento racial, dificuldades no processo de aprendizagem, recusa em ir a escola e evasão escolar.

Segundo Zandona (2010)<sup>5</sup> o preconceito e a discriminação racial continuam atuando no espaço escolar; estudantes negros do ensino médio relatam que diariamente são vítimas de

---

<sup>3</sup> GUIMARAES, A.S.A. Como trabalhar com raça em sociologia. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan/jun. 2003.

<sup>4</sup> CAVALLEIRO, E.S. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

<sup>5</sup> ZANDONA, E.P. Desigualdades raciais na trajetória escolar de alunos negros no ensino médio. ANPED – Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação. GT-21: Afro-Brasileiros e Educação. Disponível em: <http://www.anped.org.br/reunioes>. Acesso em 20/01/2016

“xingamentos, piadas, apelidos, deixando implícito que o corpo negro tem um peso na sua trajetória escolar” (p.05). A autora afirma que as manifestações de racismo, discriminação e preconceito racial prejudicam a trajetória escolar destes alunos, e esta estigmatização muitas vezes inibi o desenvolvimento das suas potencialidades individuais.

Com relação aos currículos, é no campo do conhecimento histórico, especialmente, que mais se destaca os resquícios de uma construção historiográfica eurocêntrica, que ignorou, de maneira contundente, a participação do negro na construção da nação brasileira.

A historia da educação brasileira vem demonstrando que a escola foi construída como um privilegio determinado pela condição social e econômica do aluno. Nesse contexto, a partir de referenciais europeus, negou-se as outras matrizes culturais que formaram o Brasil, como afirmam Santana e Moraes (2009)<sup>6</sup>

A Historia da educação escolar brasileira, nos últimos cinco séculos, tem demonstrado que as diversas matrizes culturais que compuseram a nossa Nação tiveram tratamentos diferenciados no que diz respeito, também, ao acesso aos projetos de educação escolar. Se formos pensar nas três grandes matrizes culturais que construíram esse país – indígena, negra e europeia- é possível afirmar que diferentes projetos civilizatórios e, conseqüentemente educacionais foram direcionados ou negados a essas três grandes matrizes, com intenções diferenciadas (SANTANA E MORAES, 2009, p.53).

A partir destas observações, vale destacar a importância da Lei 10.639/03<sup>7</sup> para a promoção de transformações nas praticas, nas politicas e no imaginário escolar com relação ao tratamento do “diverso”, aqui, nesse caso, representado pelo segmento negro da população brasileira como destaca Gomes (2011)<sup>8</sup>

Tais politicas possuem caráter mais amplo, denso e profundo. Ao considerar esta dimensão, a Lei 10.639/03 pode ser interpretada como uma medida de ação afirmativa, uma vez que tem como objetivo afirmar o direito a diversidade étnico-racial na educação escolar, romper com o silenciamento sobre a realidade africana e afro-brasileira nos currículos e praticas escolares e afirmar a historia, a memoria e a identidade de crianças, adolescentes, jovens e adultos negros na educação básica e de seus familiares. (Gomes, 2011, p.02).

---

<sup>6</sup> SANTANA, J.V.J.; MORAES, J. O. Historia do negro na educação: indagações sobre currículo e diversidade cultural. Universidade Estadual de Maringá, Paraná: Revista Espaço Acadêmico. N. 103, dezembro de 2009.

<sup>7</sup> Em 2003 o governo brasileiro modificou a Lei nº 9.394/96 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação Nacional) e sancionou a Lei nº 10.639/03, que estabeleceu a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio.

<sup>8</sup> GOMES, N.L. Educação, relações étnico-raciais e a Lei 10.639/03.

É diante destes pressupostos- constituição de direitos, preservação e produção da história/memória da educação da população afrodescendente – que as transformações nas práticas cotidianas, no currículo escolar e na ação dos docentes vão se formando. E ainda que apresente resistências e o cumprimento da legislação não seja satisfatório, a implementação da Lei 10.639/03 representa uma conquista da luta do movimento social negro ao longo da história do Brasil.

É importante destacar que essa Lei não pretende substituir o foco eurocêntrico por um africano, mas sim a ampliação dos currículos escolares para as contribuições histórico-culturais de ambos os povos. E é nesta perspectiva que a Lei 10.639/03 contribui para a produção de estudos, pesquisas e materiais didáticos que abordem a história e cultura dos afro-brasileiros e africanos e das relações étnico-raciais brasileiras.

Entre outros princípios, a lei dá destaque à produção historiográfica:

O ensino de História e cultura afro-brasileira e africana, evitando-se distorções, envolverá articulação entre passado, presente e futuro no âmbito de experiências, construções e pensamentos produzidos em diferentes circunstâncias e realidades do povo negro. (...) Registro da história não contada dos negros brasileiros, tais como remanescentes de quilombos, comunidades e territórios negros urbanos e rurais. (...) Será dado destaque a acontecimentos e realizações próprios de cada região e localidade. (...) organização de centros de documentação, bibliotecas, midiotecas, museus, exposições em que se divulguem valores, pensamentos, jeitos de ser e viver dos diferentes grupos étnico-raciais brasileiros, particularmente dos afrodescendentes. (Parecer CNE/CP 003/2004, Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, 2004, p.01-03).

Destarte, por razões que se relacionam entre as desigualdades apresentadas no conjunto de Indicadores sociais (IBGE, 2010;2012) quando estudada a categoria cor e raça, a presença do racismo, do preconceito e da discriminação racial nas escolas brasileiras, o despreparo dos professores para tratar com as distintas classes, os resquícios de uma produção historiográfica eurocêntrica e a naturalização do espaço escolar enquanto lugar privilegiado da população branca (devido a invisibilidade dos outros povos que partilham o mesmo contexto) torna-se emergente a necessidade da realização de pesquisas que reconheçam, valorizem e divulguem os processos históricos desencadeados pelos africanos e afrodescendentes, sejam em ações individuais ou coletivas.

Uma das formas de alcançar uma educação pluralista é acentuar a importância das relações étnico-raciais na historiografia e na história da educação, não como uma ilustração descontextualizada, mas como uma categoria de análise para compreensão do cotidiano. Para

uma escola verdadeiramente democrática e equânime, a participação do negro precisa ser mais bem apresentada, entendida e representada, e somente através da efetivação de pesquisas historiográficas sobre a presença negra no ambiente escolar oficial e não oficial poderá apresentar um quadro mais consistente sobre a questão.

## REFERÊNCIAS

ANTONACCI, Maria Antonieta. **Tradições de oralidade escrita e iconografia na literatura de folhetos: Nordeste do Brasil, 1890/1940.** In: Projeto História, São Paulo: Educ – PUC-SP, n 22,2001.

ASCOLANI, A. VIDAL, D.G (org.). **Reformas educativa no Brasil e na Argentina – Ensaio de História comparada da educação (1820-2000).** São Paulo: Cortez, 2009.

AZEVEDO, Celia Maria Marinho de. **Onda Negra Medo Branco: O negro no Imaginário das Elites no Século XX.** São Paulo, Paz e Terra, 1987.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico.** Traduzido por Fernando Thomaz. Edição 4. Rio de Janeiro: Bertrand Brazil, 2001.

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: Poutignat Philippe e Joselyne Streiff-Fenart. **Teorias da Etnicidade**, tradução de Elcio Fernandes, São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

CAVALLEIRO, E.S. Discriminação racial e pluralismo em escolas públicas da cidade de São Paulo. In: **Educação anti-racista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

COSTA, E. V. **História, Metáfora e Memória: A Revolta de Escravos de 1823 em Demerara.** Boletim do Arquivo Brasileiro História e Informação, São Paulo, v.1, n.9,1988.

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder.** Organização, Introdução e Revisão Técnica de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

GUIMARAES, A.S.A. **Como trabalhar com raça em sociologia.** Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p.93-107, jan/jun. 2003.

GONDRA, J.G. (org). **Pesquisa em História da Educação no Brasil.** Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2005.

GONDRA, J.G.; SCHUELER, A. **Educação, poder e sociedade no Império Brasileiro.** São Paulo: editora Cortez, 2008.

MUNANGA, K;GOMES, N.L. **Para entender o negro no Brasil de hoje:** História, realidade, problemas e caminhos. São Paulo: Global: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação, 2004.

MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, A.A.P. (org). **Programa de Educação sobre o Negro na Sociedade Brasileira.** Cadernos PENESB:5. Niteroi: EdUFF,2000.

MONARCHA, C. **Brasil arcaico, escola nova:** ciência, técnica & utopia nos anos de 1920-1930. São Paulo: Editora UNESP, 2009.

MATE, C.H. **Tempos Modernos na Escola:** os anos 30 e a racionalização da educação brasileira. Bauru, SP: Editora da Universidade do Sagrado Coração – EDUSC; Brasília, DF.